

BARREIRAS/LUIZ EDUARDO MAGALHÃES (BA), BALSAS (MA), URUÇUI/BOM JESUS (PI): AS NOVAS CIDADES PARA O AGRONEGÓCIO NOS CERRADOS NORDESTINOS

Vicente Eudes Lemos Alves – FFLCH-USP

veudes@terra.com.br

Introdução

Os cerrados nordestinos despontam recentemente como um importante pólo de modernização agropecuária caracterizando mudanças na configuração espacial. De espaço de pouca expressão econômica, sustentado na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência transforma-se, a partir do final da década de 1970, num produtor de *commodities* agrícolas, destacadamente de grãos, que se amplia também para outras ramificações da cadeia produtiva do setor agroindustrial. As mudanças indicam que tanto as áreas rurais quanto as áreas urbanas da região adquirem novos contornos espaciais, econômicos e demográficos, como resultado da presença de agricultores modernizados, especialmente migrantes da região sul do Brasil, e de empresas, algumas delas de grande porte interessadas no lucrativo mercado do agronegócio.

O novo rural que se impõe nos cerrados nordestinos destaca-se pelo uso de meios técnicos modernos que auxiliam a produção agrícola contribuindo para o aumento nos patamares de produtividade, além de formar um sistema de infra-estrutura que proporciona maior rapidez no transporte das mercadorias até as fábricas de beneficiamento ou até os portos exportadores. Esse movimento de modernização conduz o campo dos cerrados nordestinos para novas configurações de paisagem, substituindo suas antigas formas de produção por outras comandadas pela agricultura capitalista.

O urbano, da mesma maneira, sofre relevantes alterações com o movimento de modernização agropecuária, na medida em que ele passa a exercer novas funções e desenvolve novas dimensões econômicas, sobretudo no que se refere às formas de ampliação do consumo consuntivo e do consumo produtivo (Santos, 1993). A produção agrícola é quem comanda a dinâmica econômica local, mas é nas cidades onde se instalam os suportes que permitirão as realizações do campo. Ocorre, nesse contexto, o nascimento de um conjunto de cidades cujo papel é atender as novas demandas dos agricultores. Elas ganham centralidade diante do crescimento da agricultura produtivista. Trata-se das cidades de Barreiras/Luiz Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA) e Uruçui/Bom Jesus (PI), esses núcleos urbanos expandiram-se velozmente nos últimos anos e tornam-se referências como lugares de acontecimento do agronegócio.

Pretende-se, nesse texto, verificar de que maneira essas cidades tornaram-se pólos de modernização recente dos cerrados nordestinos, bem como, observar as contradições que afloram na construção da nova paisagem urbana desse Nordeste do interior.

Uma Breve incursão pela Região

Inúmeros pesquisadores já se referiram aos cerrados nordestinos como um espaço com certas características geográficas particulares tanto no que se refere às suas características fisiográficas, com predomínio de chapadões recobertos de vegetação de cerrado, quanto às suas manifestações econômico-sociais, prevalecendo historicamente as atividades de extrativismo, de agricultura de subsistência e de pecuária extensiva, mas com forte avanço recente da agricultura modernizada.

Tânia Barcelar de Araújo (1995:135) apresenta essa região como sendo a de *“áreas de moderna agricultura de grãos que se estendem dos cerrados do oeste baiano ao sul do Maranhão e Piauí”*. Segundo nos coloca tal autora são nesses domínios dos cerrados onde hoje se sustenta um grande dinamismo econômico resultante da expansão da atividade agroindustrial, sobretudo associada à soja.

Rogério Haesbaert (1996:382) adota a expressão ‘novo’ Nordeste para caracterizar a região dos cerrados nordestinos, cuja *“ebulição econômica (e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do ‘eldorado’ da soja) faz com que muitos denominem estas áreas de ‘novo’ Nordeste, e alguns políticos (inclusive com apoio de grupos sulistas) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura”*.

Consideramos, a rigor, que a região dos cerrados nordestinos abrange o oeste baiano e o sul dos Estados do Maranhão e do Piauí. É nessas terras onde o processo de territorialização do capital se impõe, caracterizando-se pela expansão da agricultura capitalista em bases modernas, desencadeada a partir do final de década de 1970, mas com grande avanço nos anos 1990. Essa região de recente desenvolvimento agropecuário apresenta uma configuração com três pólos de modernização: Oeste da Bahia (comandado por Barreiras e Luis Eduardo Magalhães), Sul do Maranhão (comandado por Balsas) e Sul do Piauí (comandado por Uruçui e Bom Jesus). Apesar desses pólos fazerem parte de um mesmo processo de imposição de uma nova lógica de reprodução capitalista e serem interdependentes, eles apresentam um grau de crescimento econômico diferenciado.

Esse avanço da agricultura capitalista nos cerrados nordestinos outorgou a algumas cidades o papel de comando regional. Elas se destacam como áreas de fluxo de investimentos decorrentes da instalação de cooperativas, empresas de apoio à produção agrícola (revendedoras de insumos, implementos agrícolas, transportadoras, indústria de beneficiamento, de serviços especializados na agricultura, etc.), além de agricultores capitalizados e de trabalhadores qualificados ou sem qualificação em busca de empregos. Esses fatores deram um grande impulso à urbanização da região, sobretudo nas cidades pólos.

O fato de tal movimento apresentar características distintas quanto ao avanço de novas forças produtivas confirma que a expansão do capital agropecuário na região ocorreu de forma não simultânea, possibilitando, assim, dentro desse conjunto regional, a existência de cidades com forças diferenciadas no que se refere à concentração de atividades econômicas e ao papel que elas possuem para atenderem as demandas produzidas pela dinâmica de modernização.

O Oeste da Bahia e o comando de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães

Os cerrados do Oeste da Bahia representam, no Nordeste, a principal área de produção agrícola moderna, sobretudo de grãos (com destaque para a soja). Nessa sub-região encontram-se instaladas importantes empresas processadoras de soja, como a Cargill e a Bunge Alimentos, além de cooperativas agrícolas e de uma variedade de empresas de comércio e de prestação de serviços. Essa maior importância econômica nos cerrados nordestinos - pela presença de grandes empresas da cadeia da agroindústria, nos setores a montante e a jusante, e de comércio e serviços na agricultura - coloca o oeste da Bahia como receptora de fluxo de produtores das outras sub-regiões, principalmente em busca de peças de maquinários e de serviços especializados.

A modernização agrícola nos cerrados baianos iniciou-se pelo município de Barreiras e áreas adjacentes para onde se direcionou, no final dos anos de 1970, uma corrente migratória de descendentes de europeus com origem (em sua maioria) nos Estados do Sul do Brasil. Esses migrantes são os principais responsáveis pelo modelo implantado naqueles domínios, assentado na agricultura produtivista.

Apesar da presença marcante da soja, como principal produto dessa sub-região dos cerrados nordestinos se observa, em anos recentes, uma relevante expansão de outros produtos agrícolas, como é o caso do café, algodão, sogro e milho.

Essa área congrega, comparativamente aos outros pólos dos cerrados, uma melhor infra-estrutura viária, pois ela se liga aos principais mercados do país e aos portos exportadores de Salvador e Ilhéus, com conexão aos portos de Tubarão (ES) e porto de Suape (PE).

O município de Barreiras é o de maior população e o principal centro concentrador de indústrias, de comércio e serviços da região, funcionando como área de polarização dos cerrados nordestinos. Embora se trate de um núcleo antigo surgido ainda no período colonial marcado pela mineração, foi elevado à categoria de município somente no final de século XIX (Velasco, 2004). Antes mesmo da década de 1970 já assumia um papel de destaque no Nordeste Ocidental, na medida em que se constituía numa área de entreposto comercial, principalmente de produtos da pecuária. O município ganha novo impulso na década de 1960 após a fundação de Brasília, quando se tornou um local de passagem de migrantes em direção à nova capital federal e lugar de entroncamento de rodovias ligando as regiões Norte, Centro-Oeste e a outras áreas do Nordeste. Até o início da década de 1980, entretanto, a importância econômica de Barreiras não expressava uma abrangência para além da própria sub-região, haja vista que sua população de 41.462 (Censo IBGE de 1980) representava apenas 12,31% da população do oeste da Bahia (SEI, 2000).

Esse quadro começa a se alterar no final da década de 1970 quando houve ações econômicas estatais e privadas que induziram o crescimento da região, sob o comando de Barreiras; dentre outras: implantação de programas de desenvolvimento agropecuário, administrados pelo PRODECER e pela CODEVASF; apoio a pesquisas de melhoramento agrícola, através da EMBRAPA; créditos financeiros facilitados, sobretudo em bancos públicos; etc. Tais ações corroboraram, sobremaneira, para o direcionamento do fluxo migratório para o oeste baiano,

especialmente Barreiras. Aproveitando-se dessas iniciativas e do baixo preço das terras, os sulistas lideraram essa corrente e tornaram-se os principais responsáveis pela produção de grãos na região. Muitos desses produtores acompanhados de seus familiares venderam suas propriedades no Sul e resolveram tentar a sorte no oeste baiano investindo seu capital em terras e maquinários.

A maior infra-estrutura encontrada em Barreiras influenciou para que ocorresse uma forte presença de migrantes sulistas na cidade, enquanto uma outra parte desse grupo se fixou nos municípios da região, como São Desidério, Correntina, Baianópolis, dentre outros. Os sulistas também foram residir próximos às áreas adquiridas, freqüentemente sob o comando de uma cooperativa, surgindo daí (a partir da aglomeração de produtores e trabalhadores rurais, de empregados das cooperativas e de empresas agrícolas recém instaladas) alguns novos povoados. Destacam-se, nesse caso: Mimoso do Oeste, Novo Paraná e Bela Vista (em Barreiras); Roda Velha de Cima e Roda Velha de Baixo (em São Desidério) e Placas, Águas Claras e Rosário (em Correntina) (SEI, 2000).

Mimoso do Oeste, o povoado que mais cresceu mantendo desde o princípio autonomia em relação a Barreiras, teve seu início a partir de loteamento empreendido por uma empresa, de colonização, a qual, em 1985, doa uma extensa área a Cooperativa Agrícola de Cotia (Haesbaert, 1997). Nessa área havia se instalado, em 1982, um posto de combustível de mesmo nome, ponto de abastecimento e de descanso de caminhoneiros, ao redor do qual residiam basicamente famílias sulistas. Diversos fatores produziram, ainda nos anos 80, um movimento de emancipação. Dentre outros, a localização no entroncamento para as cidades de Salvador, Brasília e Palmas (que o tornava mais atrativo do ponto de vista da lucratividade dos grupos econômicos); a distância de cerca de cem quilômetros de Barreiras; a rápida expansão demográfica e econômica do povoado e a rivalidade entre as populações das duas localidades com identidades étnico-culturais diferenciadas – as de Mimoso, de maioria sulista e as de Barreiras, predominantemente nordestina (Haesbaert, 1997). A criação do novo município se concretizou em março de 2000, recebendo o nome de Luis Eduardo Magalhães. A escolha do nome foi uma homenagem ao deputado federal morto em 1998, filho do mais influente político da Bahia, o senador Antônio Carlos Magalhães.

A nova situação possibilitou ao recém criado município de Luis Eduardo Magalhães (LEM) ficar com uma parcela considerável das terras agricultáveis, sendo que em parte delas havia a presença de projetos agropecuários modernos, sobretudo de produção de soja, algodão e café.

Atualmente o grande dinamismo que se reflete na área rural do município também se manifesta na área urbana, onde estão instaladas empresas importantes da cadeia do complexo agroindustrial, com destaque para a Bunge Alimentos, a Cargill e a Mauricéia.

Além disso, a cidade sofre grandes e rápidas transformações com a proliferação de vários loteamentos residenciais urbanos, passando a impressão para quem desembarca na cidade, de um espaço em recente construção, o que verdadeiramente ocorre, haja vista o seu largo crescimento nos últimos anos, em média 22% ao ano (informações da prefeitura do município de LEM). Chamada por seus moradores de “capital do agronegócio”, Luis Eduardo Magalhães apresenta uma organização espacial diferenciada das outras cidades da região, no sentido de que o seu planejamento urbano segue o modelo das cidades modernas com largas avenidas formando corredores para facilitar a circulação. Estrutura-se a partir de um corredor central formado pela rodovia BR-242 que corta a

cidade; às suas margens instalam-se lojas comerciais de revenda de maquinários e peças, hotéis, algumas grandes empresas e postos de combustíveis, esses últimos com um movimento intenso de caminhões. Próximo da rodovia, na parte norte da cidade, em direção a Barreiras, foi construído um centro industrial (Centro Industrial dos Cerrados) numa área de 250 hectares, munido de infraestrutura para o funcionamento das empresas. Surgem também, nas proximidades da referida rodovia, vários loteamentos com terrenos cujos preços variam de 30 a 40 mil reais. Ocorrem ainda lançamentos de condomínios fechados de alto padrão, dentre outros, o “Pedra dos Sonhos”, anunciado no município como “o mais moderno complexo residencial da América Latina”. Tal condomínio - que tem como moradores ricos agricultores e executivos das empresas instaladas no município - possui modernos equipamentos de lazer como campo de golfe, kartódromo, restaurante internacional, etc. No condomínio, um lote com casa construída custa, aproximadamente, 1,5 milhão de reais. A cidade rapidamente se verticaliza; estão sendo lançados vários prédios de apartamentos cujos preços, assim como nos outros casos de venda de imóveis, são cotados em sacas de soja.

Luis Eduardo Magalhães (que, em 2000, possuía 20.000 habitantes e, em 2005, passa para 40.000 habitantes)¹ nasce como cidade essencialmente econômica, na medida em que não somente o espaço se organiza pelo e para o consumo consuntivo e produtivo (Santos, 1993), mas se abastece de profissionais de grande qualificação técnica que atendem tanto as demandas das empresas e dos produtores agrícolas quanto da população de maior poder aquisitivo. Luis Eduardo Magalhães é a cidade com maior consumo per capita de telefonia celular do estado da Bahia; há duas faculdades em funcionamento no município e duas sendo instaladas, oferecendo cursos superiores de várias modalidades do agronegócio, além de *MBA* em gestão empresarial do agronegócio e Pós-graduação em administração de agronegócios com ênfase no mercado internacional. É a única cidade do Nordeste a sediar a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola (Agrishow). Em sua segunda versão, realizada em junho de 2005, a feira movimentou 220 milhões de reais.

Por um lado, a cidade apresenta a sua face moderna, com circulação de capital movimentado por empresas e grandes produtores agrícolas, assim como se manifestando em carros de luxo transitando pelas ruas e em casas suntuosas nos condomínios fechados. Por outro lado, a cidade apresenta a sua face atrasada, constatada nas condições miseráveis vividas por uma outra parcela da população. Trata-se, nesse caso, do bairro de Santa Cruz, na parte sul da cidade, onde prolifera a pobreza, em casas de barracos precários, em ruas estreitas e empoeiradas (diferentemente de outras partes da cidade), onde as condições de vida muito se assemelham ao que estamos acostumados a ver nas favelas das grandes cidades brasileiras. O que se observa quanto à população moradora do bairro de Santa Cruz é que ali predomina a presença de baianos ou nordestinos, ao contrário dos outros bairros mais ricos, onde se percebe maior presença de sulistas. Poder-se-ia dizer que estamos frente a processos não simultâneos na construção daquela sociedade.

Uma importante segregação espacial perfila-se na recente construção da cidade de Luis Eduardo Magalhães, que também está pautada pelo local de origem de seus habitantes. Dependendo de onde chegam os migrantes com o intuito de se instalar na cidade são mais ou menos aceitos pela classe que dirige a riqueza do município.

¹ Dados divulgados pela prefeitura de Luis Eduardo Magalhães

Os Cerrados Maranhenses e o Comando de Balsas

Os primeiros agentes modernizadores chegaram ao sul do Maranhão também na década de 70 a partir de recursos disponibilizados pela SUDENE através dos programas de desenvolvimento regional. Os grupos beneficiados com linhas de créditos estavam associados, sobretudo, à pecuária melhorada e a lavoura, inicialmente com a produção de arroz de sequeiro (Diniz,1984:13). Os sinais de modernização, no entanto, são mais claros a partir de meados dos anos 80, quando surgem as primeiras cifras de produção de soja no Maranhão, com destaque para os cerrados do sul do estado, onde se encontram os cerrados. Na década de 90 esse fenômeno se consolida, pois a produção dessa oleaginosa segue ano a ano numa escala crescente. Os reflexos da maior inserção da agricultura moderna no sul do Maranhão, comandada principalmente pelos sulistas, se refletem numa nova reorganização dos espaços de produção agrícola e expansão urbana de algumas cidades da região.

O município de Balsas é o pólo de maior dinamismo dos cerrados maranhenses e o de maior população com variação de crescimento de 49,89% entre 1991 e 2001, sendo 41.648 habitantes, em 1991, e 60.163 habitantes, em 2000². Foi o município dos cerrados maranhenses que mais teve acréscimo de população (taxa média de crescimento anual de 3,75%), enquanto a taxa de urbanização do município que era de 73,55%, em 1991, passou para 83,35%, em 2000, caracterizando uma ampla predominância de população urbana, situação que também se diferencia dos demais municípios da região.

A concentração de população em Balsas, sobretudo na área urbana, nos permite dizer que a cidade exerce um papel de centralização de atividades econômicas que atendem as demandas do consumo produtivo e consuntivo do próprio município e dos demais da região. Cálculos elaborados pelo IBASA/IPEA/ANPEC (2002), a partir de fontes do IBGE/RAIS de 2000, apontavam que dos 4.198 empregos formais existentes no município de Balsas, eles se distribuíam pelos seguintes grandes setores econômicos: 9,29%, na indústria; 34,28%, no comércio; 44,50%, nos serviços; e 11,93%, na agropecuária.

Tais informações indicam a importância que passa a adquirir nessas cidades do agronegócio os setores de comércio e serviços, maior parte deles atividades que não existiam antes do processo modernizador, tais como, lojas de maquinários agrícolas, consultórios de engenharia agrícola, lojas de insumos agrícolas, hotéis, restaurantes, etc. Além disso, criam-se empresas especializadas em promover feiras ou eventos associados à demonstração e ao comércio de novas tecnologias agrícolas. Na cidade de Balsas é realizada desde o ano 2000 a “Agrobalsas”, feira de agronegócio que reuniu em 2003 (última versão ocorrida), 10.000 visitantes e movimentou um volume de negócios da ordem de 45 milhões de reais. O evento contou ainda com participação de autoridades do governo

² Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000. As porcentagens que seguem foram obtidas a partir de cálculos elaborados pelo BASA/IPEA/ANPEC. In: projeto de contribuição ao desenvolvimento dos principais arranjos produtivos locais potenciais dos estados da Amazônia – Estado do Maranhão, dez.2002.

federal, como o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, e várias outras autoridades do estado e de municípios do Maranhão.³

A movimentação de capital ocorrida nos últimos anos não reflete, entretanto, mudanças nas estruturas sociais do município, marcadas por uma desigualdade. Balsas, por exemplo, teve uma expansão da periferia pobre além dos indicadores de pobreza apresentar poucas alterações. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do município é de 0,696, pouco acima da média do estado (0,636) e abaixo do restante do país (0,766). A porcentagem de crianças de 07 a 14 anos analfabetas no município é de 22,2%, enquanto a média brasileira para esse mesmo segmento de população é de 12,4%. Dos jovens de 15 a 17 anos, 24,77% estão fora da escola, enquanto que para as crianças de 10 a 14 anos esse índice é de 7,06%⁴. Outros indicadores sociais apontam nessa mesma direção, demonstrando que a produção de riqueza advinda da modernização agropecuária ainda reflete pouco sobre a população mais carente dessas regiões. Acrescenta-se, ainda, o fato de que o avanço da agricultura moderna tem um efeito devastador sobre o ambiente natural local.

Os Cerrados Piauienses e o Comando de Uruçui e Bom Jesus

Nos anos 80 e, principalmente nos 90, o fluxo migratório dos grupos apontados para as sub-regiões de Barreiras e Balsas também está acontecendo para o sul do Piauí. O impulso modernizador, no entanto, se dá de maneira mais lenta, somente adquirindo relevância, no volume de migrantes e na instalação de empresas, de meados da década dos 90 em diante.

Apesar de constituir-se posteriormente como área de maior interesse da agricultura modernizada, o Sul do Piauí é parte do mesmo eixo de expansão dos grupos econômicos que segue inicialmente pelas bordas sul (Barreiras) e Oeste (Balsas) logo chegando ao Sul do Piauí. As estratégias de acumulação do capital em terras piauienses são muito semelhantes às adotadas nos Oeste da Bahia e Sul do Maranhão, na medida em que mecanismos semelhantes são utilizados para a territorialização do capital. Coincide, por exemplo, com a chegada dos primeiros grupos ao Piauí, a implementação de políticas governamentais naquele Estado, tais como: ampliação das linhas de créditos agrícolas do FINOR (Fundos de Investimentos do Nordeste); do Banco do Nordeste e do Brasil; a implantação ou melhoramento da infra-estrutura viária, de telecomunicações e de energia elétrica; além da grande disponibilidade de terras públicas a preços baixos.

Os mecanismos de incentivos econômicos se fortaleceram na década dos 90 a partir das perspectivas previstas para a construção de corredores viários de exportação destinados ao escoamento da produção dessa sub-região dos cerrados aos grandes portos do Nordeste, especialmente ao complexo portuário de Itaqui/Ponta da Madeira, em São Luis (MA).

A intensificação de relações capitalistas com a chegada de novos grupos econômicos desencadeou transformações importantes no perfil técnico, econômico, social, cultural e espacial do Sul do Piauí. Elas se manifestam, no espaço agrícola, com a incorporação à produção de novos elementos da

³ Informações obtidas através do sitio oficial na internet da Agrobalsas (www.agrobalsas.com.br)

⁴ Fonte: IPEA

técnica; mas são nas áreas urbanas de alguns municípios da região onde se observam as maiores alterações na organização espacial.

Destaca-se, nos cerrados piauienses, duas cidades com importantes alterações em sua dinâmica urbana nos últimos cinco anos: Uruçui e Bom Jesus. Esses dois municípios tornaram-se os maiores produtores agrícolas piauienses, recentemente por conta da produção moderna de grãos, sobretudo de soja, e que já os colocam no roteiro das regiões brasileiras de agricultura moderna.

Os dois municípios receberam nos últimos anos um volume considerável, para os padrões locais, de migrantes predominantemente sulistas e de empresas dos mais variados ramos do setor agrícola. Com a instalação desses grupos ocorreram mudanças tanto na dinamização da infra-estrutura do espaço urbano quanto nos costumes até então estranhos aos piauienses dos cerrados. A instalação de empresas ligadas diretamente à produção, mas também de comércio e serviços destinados à demanda dos novos moradores, permitiu, da mesma maneira, que a população local tivesse acesso a determinados serviços pouco freqüentes no seu cotidiano: churrascarias, padarias, pizzarias, etc. possibilitando a incorporação de novos hábitos. É possível hoje, ao adentrar em qualquer supermercado desses municípios, encontrar erva mate para o preparo do chimarrão, ou deparar-se com pizzarias que vendem variedades de pizzas só encontradas no sul do Brasil, ou ainda, churrascarias com suas carnes preparadas ao estilo dos novos moradores.

Além dos sulistas, o movimento de modernização provocou um aumento do fluxo de outros grupos em direção das áreas urbanas, sobretudo de camponeses desses municípios que perderam suas terras por conta da expansão agrícola moderna. Essas áreas também receberam trabalhadores de outros lugares do estado atraídos pela propaganda que se faz a respeito das cidades piauienses do agronegócio. As novas oportunidades de ocupação que alimentaram as esperanças dos novos moradores dessas cidades, além de serem insuficientes, são geradas principalmente para aquelas profissões especializadas: tratoristas, técnicos agrícolas, veterinários, agrônomo, mecânicos, etc. O restante da população - os não especializados ou os agricultores de subsistência e, freqüentemente, seus filhos - pouco se insere na nova economia sul piauiense. Quando muito essa população consegue ocupar-se temporariamente nas fazendas recém formadas, cujas tarefas são em especial as de limpar as áreas desmatadas que se destinarão à produção de grãos, sobretudo soja. As relações de trabalho com esses grupos são precárias: recebem quantias irrisórias pelo seu trabalho e não são raras situações em que se tornam presas fáceis para os agenciadores que, juntamente com os fazendeiros modernizados, transformam-nos em trabalhadores escravos.

Se por um lado, a modernização dos cerrados piauienses confere aos moradores das cidades de Uruçui e Bom Jesus maiores possibilidades de consumo de novos bens e de novos serviços, por outro lado, esse mesmo fenômeno joga à exclusão uma parcela significativa daquela população, menos preparada para absorver o impacto causado pelas forças modernizadoras. Nesse contexto, é no urbano dessas cidades o lugar onde melhor se traduzem essas contradições, surgindo espaços polarizados pelas desigualdades. Enquanto determinados bairros nascem dotados de equipamentos urbanos modernos que atendem a uma parcela dos novos moradores, aquela de posse das riquezas produzidas pelo agronegócios, aparecem, simultaneamente, as franjas urbanas precarizadas. Elas são habitadas por trabalhadores - um misto de posseiros, moradores de condição, meeiros, etc. - que

perderam suas casas e local de produção nas áreas rurais tornando-se, frequentemente, desocupados ou trabalhadores precarizados no urbano. Para esse grupo de piauienses dos cerrados a modernização agropecuária representa a perda de suas formas tradicionais de reprodução da vida e, ao mesmo tempo, a saída em busca da sobrevivência num urbano que se transforma e que também os exclui, na medida em que poucos desses trabalhadores conseguem lidar com os novos sistemas técnicos instalados nesses lugares. Nesse sentido, as novas configurações urbanas dos cerrados piauienses, presentes sobretudo em Uruçui e Bom Jesus, seguem o modelo da expansão capitalista dos outros pólos dos cerrados nordestinos.

Considerações Finais

A análise do processo recente de modernização agropecuária dos cerrados nordestinos nos aponta para importantes transformações econômicas e espaciais na região. Avançam novas formas de ocupação do território, marcadas pela presença de agricultores modernos e empresas da cadeia da agroindústria, sob o controle de um ou poucos grupos hegemônicos. Esses segmentos econômicos produzem novas demandas cujas exigências necessitam de intervenção sobre o espaço para maior fluidez das mercadorias, freqüentemente atendida pelo estado, e de novos serviços e de profissionais especializados para suprir as novas bases de consumo. É diante desse quadro que algumas cidades se adaptam à nova realidade adequando suas estruturas urbanas para tornarem-se centros fornecedores de demanda do novo campo. Tornam-se, também, local de moradia de uma nova classe detentora das riquezas produzidas, representada pelos gestores do agronegócio, e de uma outra que migra para essas cidades vislumbrando emprego (quase sempre apenas imaginário), e que é indesejada pelos dirigentes do poder público (que em muitos casos criam estratégias de expulsão desses migrantes, como estamos acostumados a assistir nos noticiários) ou é jogada em espaços precarizados da periferia.

As cidades dos cerrados nordestinos que se adaptam ao novo momento vivido pela região adotam a lógica de reprodução desse modelo. Expandem suas bases produtivas, se abastecem de novos tipos de comércio e serviços com marcante presença de conteúdos técnicos e científicos, e precisa destinar um grande volume de recursos públicos para dotar seus respectivos espaços de condições que possam responder às novas exigências das empresas. Para tanto, o capital instalado adota o discurso da inserção do lugar nos signos da modernidade como forma de seduzir às pessoas e às autoridades locais. Benesses prometidas e quase sempre não cumpridas, haja vista que a produção de riqueza é canalizada para um seletivo grupo de pessoas ou de empresas, incluindo aqui também parte da elite que já existia na região.

Diante desse contexto que se apresenta nas cidades do agronegócio dos cerrados nordestinos é possível vislumbrar um aumento das desigualdades sociais, marcadas, sobretudo, pela maior segregação espacial entre os ricos e os pobres, maior exploração do trabalho alheio (já constada no crescimento do trabalho precarizado, ou mesmo formas de trabalho forçado); além de um agravamento dos problemas ambientais que se tornou uma das principais questões tanto no meio rural quanto urbano desses municípios.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Vicente E. L. – “Modernização Agropecuária, Ruptura e Permanência do Modo de Vida camponês nos Cerrados do Sul do Piauí”. **Boletim Paulista de Geografia**, no.77, São Paulo: AGB, 2001, pp.07-28.
- ARAÚJO, Tânia B. de – “Nordeste, Nordestes: que Nordeste?” In: AFFONSO, R.B.A & SILVA, P.L.B. (orgs.) – **Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo, Fundap/Ed. Da Unesp, 1995.
- DINIZ, José A.F. – “Modernização e Conflito na Fronteira Ocidental do Nordeste”. **Revista Geonordeste**, ano I, no. 1, Aracaju, 1984, pp.12/20.
- GIORDANO, Samuel – “Competitividade Regional e Globalização”. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, **Doutorado**, 1999.
- HAESBAERT, Rogério – Des-territorialização e Identidade: A Rede “Gaúcha” no Nordeste. Niterói/RJ, Eduff, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de – “A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro”. In: CARLOS, A.F.A. (org.) – **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo, Contexto, 2002, pp.63-110.
- ROCHEFORT, Michel – Redes e Sistemas: Ensinando sobre o Urbano e a Região. São Paulo, Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton – A Urbanização Brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993.
- SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). Mudanças Sociodemográficas Recentes: Região Oeste. Salvador, SEI, 2000.
- VELASCO, Mirian M. – “Descentralização e Política Urbana em Municípios de Porte Médio: os Casos de Alagoinhas e Barreiras na Bahia”. São Paulo, FAU-USP, **Doutorado**, 2004.